



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

**Local:** Guarda Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

**Data:** 03/03/2016

**Horário:** 8h:30

1 Aos três dias do mês de março de 2016 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente no Auditório da Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e aguardado  
3 o tempo de espera para a segunda convocação, Magali iniciou com a apresentação dos participantes da Reunião.  
4 **A Reunião teve os seguintes pontos de Pauta:** 1. Aprovação da pauta; 2. Leitura e aprovação da ata; 3.  
5 Apreciação de Projeto de Lei que cria e insere Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Direitos  
6 Humanos e da Pessoa Idosa; 4. Acolhimento Institucional; 5. Plano Decenal; 6 Relato das Comissões; 7.  
7 Informes. **1. Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada. **2. Leitura e aprovação da ata:** Não foi possível fazer  
8 aprovação da ata, visto que os conselheiros não receberam a ata com antecedência. **3. Apreciação de Projeto de**  
9 **Lei que cria e insere Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e da Pessoa**  
10 **Idosa:** Tércia esclarece que hoje não existe uma Secretaria específica que atenda as particularidades de alguns  
11 grupos. Após várias discussões, surgiu a proposta da criação desta secretaria. Hoje a área da infância está na  
12 Secretaria de Assistência Social, entende que isto é um equívoco, já que a criança não é só da Assistência Social,  
13 mas também de outras políticas, como a Saúde, Educação, Esporte, Cultura, entre outros. Desta forma, seria uma  
14 secretaria mais ampla, que abrangeria a área da infância de forma setorial. Entende que é um ajuste de um  
15 equívoco histórico. Existirá uma gerência específica para pensar nas políticas de atendimento à infância.  
16 Migrariam para esta Secretaria o CMDCA e a gestão do Fundo da Criança. Magali questiona sobre a estrutura do  
17 CMDCA, que hoje já trabalha com dificuldades. Tércia esclarece que contariam com 1 (um) profissional de nível  
18 superior exclusivo para a área da infância e dois técnicos de gestão, sendo um técnico de gestão específico para a  
19 gestão do Fundo da Criança, dentro de uma diretoria e secretaria de Direitos Humanos, que estará mais dedicada  
20 a estas questões. Serão 10 novos funcionários, dos quais 3 são exclusivos para a área da infância. Foi questionado  
21 sobre a gestão do Conselho Tutelar. Tércia esclarece que este permaneceria na Secretaria de Assistência Social, o  
22 entendimento é que deveria ficar na Secretaria de Direitos Humanos, porém esta migração deve aguardar, visto a  
23 complexidade da estruturação dos Conselhos Tutelares. Esclarece também que os serviços hoje realizados pela  
24 Secretaria de Políticas para as Mulheres seriam executados por esta nova Secretaria, porém os serviços de  
25 atendimento à pessoa idosa serão na Secretaria de Assistência. Roberto, representando o Gabinete do Prefeito,  
26 contextualiza que já é um projeto antigo a criação da Secretaria de Direitos Humanos, que abarcaria a Secretaria  
27 de Política para as Mulheres e a Secretaria do Idoso, além de ser referência para outros grupos, como o Conselho  
28 de Igualdade Racial, LGBT, pessoas com deficiência. Aponta como um avanço a criação de uma estrutura dentro  
29 do poder público para a discussão de políticas voltadas para estes grupos. Seguindo o modelo da Secretaria  
30 Nacional, que denomina Secretaria de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, foi pensada nesta  
31 configuração também para o município. Visto que Londrina tem a particularidade de contar com uma Secretaria  
32 do Idoso e mediante as reivindicações deste grupo, acrescentou-se a denominação da secretaria também “e da  
33 Pessoa Idosa”. Clarice observa que, a partir da leitura minuciosa do projeto de lei que cria esta Secretaria, há  
34 contido no texto um diagnóstico e dados relevantes sobre as mulheres, entretanto pouca referência à criança e ao  
35 adolescente, visto que também para este público existe um diagnóstico já elaborado. Roberto aponta que isto  
36 pode ser revisto, solicita que Clarice encaminhe o material a qual se refere. Foi questionado pela plenária se esta  
37 questão foi anteriormente apresentada no CMDCA. Roberto diz que sim, houve um ofício de resposta em 2014.  
38 Questionado se houve alteração no projeto de lei de 2014 para este projeto que está sendo apresentado hoje.  
39 Roberto diz que foram realizadas pequenas alterações. Apontado que esta nova gestão deveria ter apreciado este  
40 novo projeto de lei para manifestação. Nanci, representante da Secretaria de Política para Mulheres e indicada  
41 pelo prefeito como Assessora na área da Infância no município, aponta que no ofício de resposta do CMDCA em  
42 2014 constou a ressalva da importância de uma Secretaria específica para criança e adolescente. Há um consenso  
43 na plenária de que, da forma em que está sendo apresentada, a conotação é de uma Secretaria da Mulher. Dr.  
44 Leonardo Nogueira questiona porque não Secretaria da Criança e Adolescente, já que este público é prioridade

## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

absoluta. Da forma em que está sendo apresentado fica como uma “aderência” à política para as mulheres. Tércia coloca que a compreensão é de que é um avanço, mesmo que pequeno. A execução de serviços continua nas políticas setoriais, esta secretaria pensaria nas articulações entre as políticas. A sugestão da plenária é que se dê um nome generalista, Secretaria de Direitos Humanos, de forma a contemplar a todos os segmentos. Denise Caldeirão pede esclarecimentos sobre a questão orçamentária, já que algumas coisas não estão claras no Projeto de lei. Fica definido por chamar um representante desta área para esclarecimentos na próxima reunião. Outro encaminhamento foi enviar diagnóstico a ser acrescentado no projeto de lei. Junior, representante da Defensoria Pública, complementa que na Conferência Municipal dos Direitos Humanos ficou como proposta a criação da Secretaria dos Direitos Humanos. Lenir de Assis aponta que esta discussão deve ocorrer em vários espaços, não pode ser rápida e tem que garantir de fato que seja um avanço, e não retrocesso. Solicita que o CMDCA encaminhe à Câmara parecer para anexar ao Projeto de Lei. Clarice, Alexandra e Amanda ficam responsáveis por formular o documento, a ser apreciado na próxima reunião do CMDCA. **4. Acolhimento Institucional:** foi solicitada apresentação para esclarecimento das situações ocorridas na Casa de Maria, porém Telcia não pôde ficar para este ponto de pauta. Eliane traz que o CMAS, através da comissão de acompanhamento acompanhará esta questão, e solicitam que isto seja feito em parceria com o CMDCA. Na próxima reunião será tirado representantes para esta finalidade, já que o CMDCA não tem uma comissão específica de acompanhamento. **5. Plano Decenal:** Clarice faz um breve resgate no processo de elaboração do Plano Decenal, da responsabilidade e do compromisso que o comitê tem frente a este documento. Foi indicado que a Assessoria da Infância, hoje representada pela Nanci, fosse indicada como coordenadora deste comitê, entretanto o decreto que formaliza esta coordenação não pôde ser assinado, visto que a assessoria não foi instituída formalmente na estrutura administrativa do município. Clarice traz a discussão à plenária para que se pense na figura do coordenador que possa articular o grupo. Foi sugerido que, mesmo que a assessoria seja informal, que ela seja mantida como coordenadora do comitê. Alexandra questiona sobre a formalização da Assessoria, Magali coloca que já solicitou agenda com o prefeito para discussão deste assunto, entretanto ainda sem retorno. **6. Relato das Comissões:** Comissão de Fundo: Edna Lima coloca que foram resolvidas as pendências do Instituto Eurobase quanto ao projeto Transportando Cidadania, que contempla a aquisição de um veículo utilitário, a comissão analisou o projeto e aprovou. Em análise do projeto do Nuselon, verificou-se algumas pendências e a comissão, de imediato, comunicou a instituição através de contato telefônico a fim de que os ajustes possam ser feitos com maior brevidade. Também foi realizado contato telefônico com a Escola Oficina Pestalozzi a fim de verificar as pendências do projeto apresentado, que foram esclarecidas. Outro contato realizado foi com Associação Beneficente Amigos da Criança, porém sem sucesso. Clarice complementa que a comissão de fundo avalia necessidade de solicitar ponto de pauta específico para tratar de questões relacionadas ao fundo. Apontam necessidade de aprofundamento e domínio da legislação, a fim de avaliarem os projetos com maior propriedade. A comissão de fundo irá fazer a leitura e análise da legislação vigente a fim de pautar na reunião do CMDCA. Comissão de Cadastro: Cristina Fukumori relata a análise dos pedidos de inclusão e atualização de cadastro: Creche Novo Amparo: relatório com pendências, entidade será comunicada; Associação Missionária e Educativa de Santa Ana: aprovada inclusão de cadastro; Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Deficientes: a comissão avalia necessidade de ajustes no plano de trabalho; Cepas: foi revisto novamente, é necessário encaminhar ofício para atualização de cadastro; Projeto Resgate: estão solicitando inclusão de cadastro e a comissão irá realizar uma visita in loco. **7. Informes:** Magali faz leitura do documento de apoio a sociedade civil a ser encaminhamento ao CEDCA, questionando sobre a não devolução do recurso do FIA utilizado pelo Governo Estadual. Foi aprovado pela plenária. Lenir sugere que também seja enviado à Assembleia Legislativa. No dia 11/03 às 14:00 haverá reunião na Câmara de Vereadores sobre este assunto. Clarice informa que está participando do Conselho da Transparência Social. Cristina Fukumori informa que o CREAS 3 já iniciou o planejamento das ações para o dia 18 de maio, e que no dia 17 de maio, na OAB, haverá um evento. Solicita representantes do CMDCA para discutir e organizar o ato público. Amanda e Gisele se dispõem a compor a comissão de divulgação e contribuir nesta ação. Clarice informa que a chacina do dia 29 de janeiro completou um mês e que tem um grupo se organizando para mover ações contra a violência. Gustavo Marconi,



## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA**

93 representando o COMPAZ, divulga evento pela paz que ocorrerá no HU dia 15 de março pelo desarmamento,  
94 informa sobre a Conferência Municipal de Cultura de Paz, dia 25 de maio no Sincoval e a entrega do título de  
95 Embaixadores da Paz no dia 16 de março no Sindicato dos Metalúrgicos o dia todo. Adriana apresenta folder de  
96 Divulgação da 24ª Semana Municipal da Mulher e coloca que a programação está disponível no site da Prefeitura  
97 Municipal de Londrina. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar  
98 eu, Adriana da Cruz Barrozo, lavrei a presente ata.